

Luciane Patrício
Antropóloga, Pesquisadora na área de Segurança Pública, Consultora
PNUD/Ministério da Justiça e Professora Universitária
luciane.patricio@uol.com.br

Há algumas décadas polícias do mundo inteiro e especialmente da América Latina têm se dedicado a pensar e desenvolver estratégias de modernização institucional. Mais que isso: para além das instituições, os próprios policiais têm desenvolvido, isoladamente ou não, formas inovadoras e criativas que têm apontado para a reforma organizacional de suas Polícias, sejam elas nacionais, federativas, locais, militarizadas ou não. Assuntos como a definição do mandato policial, o planejamento das ações, a gestão inteligente e racional dos recursos, o controle interno e externo, a garantia da participação social, a avaliação do trabalho, dentre outros temas, tem sido objeto de preocupação de instituições policiais e de policiais que hoje pensam a reformulação do seu *modus operandi*.

Neste cenário, um dos temas que sempre é objeto de preocupação é a formação policial. Trata-se de um assunto nevrálgico que reúne experiências interessantes e investimentos acadêmicos, ao mesmo tempo em que esbarra num conjunto de entraves comuns a muitos países da América Latina e, especialmente, aos países membros da Rede Latino Americana de Policiais e Sociedade Civil.

Muito já se avançou. No Brasil, por exemplo, o governo federal tem investido grandes quantias em dinheiro na promoção de cursos de formação à distância para policiais e guardas municipais¹, de modo que cada aluno receba também uma bolsa em dinheiro que complementa seu salário. De forma complementar, foi criada uma rede de universidades que tem oferecido cursos de pós-graduação em segurança pública a fim de dotar policiais e não policiais de informações qualificadas sobre esta área de conhecimento. Vale destacar também os investimentos da Polícia Nacional da Nicarágua na inserção do enfoque de gênero na formação e no trabalho cotidiano entre os policiais. Experiências como esta apontam não apenas para a introdução de um tema no currículo dos policiais, mas numa mudança de atitude, perspectiva e na real transformação das relações sociais entre homens e mulheres numa profissão que tem o fator masculino como elemento de destaque².

Ao falar de formação policial, três pontos merecem destaque. É comum que nos processos de modernização ou reforma institucional das polícias defina-se que a mudança de atitude, visão e a transformação da cultura organizacional e institucional só será feita com a **mudança dos currículos**. De fato, é verdade que qualquer mudança só é possível através do conhecimento ou do acesso a ele. No entanto, é comum que seja

¹ Os municípios brasileiros, acima de 50 mil habitantes, podem constituir Guardas Municipais que possuem a missão constitucional de proteger *bens, serviços e instalações públicas do município* (CF, 1988, artigo 144 § 8). Entretanto, ao longo dos anos, as guardas estão paulatinamente ganhando destaque na prevenção de pequenos delitos, na mediação de conflitos e no ordenamento do espaço público, complementando, assim, o trabalho das polícias ostensivas estaduais que, no caso brasileiro, é exercido pelas Polícias Militares.

² Outras experiências interessantes têm sido desenvolvidas na América Latina. Para maiores informações, consultar a obra *Polícia, Estado e Sociedade: Práticas e Saberes Latino-americanos*, PUBLIT, 2007.

colocada na simples mudança de currículo esta tarefa. Neste sentido, algumas questões devem ser colocadas: a mudança de cultura pode ser conseguida através da reforma dos currículos das academias? Ou: há fatores (e, portanto, estratégias pedagógicas) de outra ordem que devem ser levadas em consideração, pois geram de fato mudanças de visão de mundo, de ideologias e, conseqüentemente, de práticas? Por que, muitas vezes, o conhecimento que se aprende nas academias não se traduz numa prática diária profissional? Qual a teoria que está por trás da prática que se vivencia no ambiente das ruas e porque esta não tem, muitas vezes, dialogado com o que é empregado nas academias e nos centros de formação?

Kant de Lima, pesquisador brasileiro, em artigo publicado em 1997³, trouxe um importante ponto para o debate. Segundo o autor, é comum, quando se questiona o desempenho dos policiais, fazer uma relação entre o mau desempenho com despreparo (ou falta de preparo) e atribuir o desempenho à má formação. Embora em muitos casos a relação seja procedente, sobretudo no uso da arma de fogo, o autor indaga se realmente o mau desempenho em geral é resultado de despreparo ou se não decorre de fatores de outra ordem. E pergunta em seguida: o que está sendo chamado de mau desempenho é realmente isso ou trata-se de um desempenho segundo um modelo que, na raiz, legitima determinadas ações?

Discussão análoga foi posta por Jacqueline Muniz (2001)⁴, que afirma que as polícias passam por dilemas e paradoxos em sua formação educacional. Segundo a autora,

Dentre as questões mais candentes que mobilizam o debate público sobre a reforma das polícias brasileiras, destaca-se o processo formativo dos policiais militares. Note-se que, salvo raras exceções, as principais críticas da população e dos segmentos civis organizados, identificam as práticas correntes de brutalidade policial, de uso excessivo da força e demais empregos arbitrários do poder de polícia, como um dos efeitos perversos do "despreparo" e da "baixa qualificação profissional" dos policiais militares. Reportam-se, portanto, ao descompasso existente entre a destinação das polícias de "servir e proteger" o cidadão preservando uma ordem pública democrática e contemporânea, e os conhecimentos, técnicas e hábitos aprendidos pelos PMs, que ainda estariam refletindo as doutrinas e mentalidades herdadas do nosso passado autoritário. (Muniz, 2001)

Deriva, portanto, dessa discussão as influências da ideologia militar no trabalho de uma instituição cuja natureza seria civil, ou seja, que durante algum tempo atuavam menos nos serviços de proteção da sociedade e mais nas questões de defesa do Estado. A partir daqui, outra questão se coloca: de que maneira a ideologia militar (muitas vezes chamada de militarismo, mas que não significa apenas a construção de um modelo organizacional análogo às forças armadas) tem influenciado a formação do policial? Quais os limites e contradições dessa influência para o desenvolvimento de um profissional de polícia característico de um cenário democrático?

Finalmente (e não se trata aqui de esgotar as possibilidades de discussão que esse tema sugere), mais um ponto merece destaque. Talvez poucas profissões caracterizam-se por evidenciar a

³ KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e "Cultura Policial": a formação em questão. (in) Revista Brasileira de Ciências Criminais. N. 41. Ano 11. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

⁴ MUNIZ, Jacqueline. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. (in) Security and Defense Studies Review. Vol 1. Winter 2001.

importância do “fazer”. Fazer polícia é elaborar e testar, na prática e na realidade inadiável do dia-a-dia, o conhecimento produzido no ambiente nas academias e das unidades de polícia. Neste campo, o conhecimento produzido é resultado das operações, mas também configura-se insumo de novas ações, de modo que pode ser discutido, corrigido e reorientado segundo um mandato definido. A pergunta que hoje se faz é: onde está armazenado este conhecimento? Como seria possível *procedimentalizar* tais informações de modo a gerar um padrão de atuação que, pautados pelo mandato, pela legalidade e caracterizados pela discricionariedade, permita que os profissionais de polícia lancem mão desse recurso de maneira sistemática e cotidiana?